

# I N F O R M E CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia • 1ª Região do Rio de Janeiro • Nº 38 • Junho • 1992

## Encontros para passar o Brasil a limpo

No primeiro, Wanderley e Conceição falam sobre conjuntura

páginas 6 a 9

---

Debate sobre  
Previdência não  
prioriza reforma do  
sistema

Páginas 3 a 5

---

Unanimidade sobre  
ajuste fiscal para  
derrotar a inflação é  
aparente

Página 11

---

Reajuste do mínimo  
revela hipocrisia da  
discussão  
econômica

página 12



**E**m seu processo de desenvolvimento, a nação brasileira combinou um vigoroso crescimento econômico com um atrofiado desenvolvimento político-institucional. É sabido que, mesmo quando o país incorporava elementos institucionais modernos, seus conteúdos democráticos eram sistematicamente moderados pela prática política de nossas elites.

Ao longo de nossa história, a apropriação privada do Estado foi uma característica marcante. A fusão de interesses públicos e privados — que tem na corrupção sua forma hiperdesenvolvida — foi o caldo de cultura para o estabelecimento de uma estrutura política onde predominam fraqueza das instituições e afirmação de lideranças personalistas e patrimonialistas. Para a construção de uma ordem democrática, a separação do que é público e do que é privado é uma operação essencial a ser realizada.

Os dias que estamos vivendo trouxeram estas questões para o centro das discussões. As denúncias veiculadas por todos os meios de comunicação, envolvendo a figura do presidente da República, revelam um arcaísmo da política brasileira. Estamos nos referindo à fusão do privado e do público, tanto na pessoa do líder político — no caso, o presidente —, quanto na condução da vida pública por qualquer dos poderes constituídos.

A tibieza da atitude do Legislativo, nos primeiros momentos, e a descrença da população na capacidade do Judiciário cumprir suas funções — quando os envolvidos são os ricos e poderosos — provocam, na imaginação da população, um imenso pessimismo quando a figura do presidente se vê questionada, e a fraqueza de nossos partidos políticos reconhecida.

Entretanto, a crise atual, antes de ser produto da fraqueza das instituições democráticas — por mais que existam ameaças subterâneas à sua afirmação — é, de fato, um resultado de seu desenvolvimento. O que estamos assistindo faz parte de um vigoroso processo de modernização da sociedade brasileira. Não aquela modernidade vazia que visita os discursos oficiais, e que está associada a uma política econômica que vê as idéias de nação e nacionalismo como inimigos.

A modernidade que está surgindo no desenrolar dessa crise é fruto de um ajuste de contas que o Brasil faz com seu passado; é fruto de uma democracia que, mesmo incipiente e frágil, se apresenta como o melhor solvente para as formas arcaicas e corruptas de gerir a coisa pública.

Este processo, que revela o vigor da Democracia como sistema adequado para conduzir a vida social, aponta para o fato de que só o fortalecimento institucional possibilitará encontrarmos soluções para os problemas nacionais, principalmente aqueles que afligem as camadas menos favorecidas de nosso povo.

O pessimismo e a descrença, que hoje dominam a opinião pública, revelam muito mais um sentimento de frustração, inspirado por nosso passado de impunidade, do que as efetivas potencialidades que se apresentam para a construção de um futuro melhor.

Nesse sentido, o momento atual da vida nacional, que se apresenta como revolucionário de nossas estruturas arcaicas, é pleno de modernidade. O Brasil não tem que ser necessariamente o que tem sido. A luta pela Democracia travada ao longo dos anos de regime autoritário começa a dar novos frutos. Num ponto além das garantias formais de um estado de direito, vamos encontrar outro espaço de luta para discutirmos um novo projeto nacional de desenvolvimento, necessário à construção de um grande país.

A Democracia não é um acessório neste processo. É, antes, o instrumento fundamental para a construção de uma nação moderna, com sólidos fundamentos éticos.

■ Dia 7 de julho, às 18h, no Clube de Engenharia — O CORECON e o Clube de Engenharia convidam para o debate “O Brasil e o Japão na Nova Ordem Internacional”, com a participação de Ernani Torres Filho (UFRJ), Maria da Conceição Tavares (UFRJ/Unicamp) e Mitsu Kagame (BID).

Atenção: Este debate foi *antecipado* do dia 9 para o dia 7

■ Dia 9 de julho, às 16h, no auditório da Adecif — O CORECON e a Abamec convidam para palestra sobre a proposta de Reforma Fiscal do governo, com a participação de Sérgio Werlang (FGV).

## **Esclarecimento: Cobrança em duplicidade**

Os economistas que receberam nova notificação de cobrança do CORECON-RJ e que já haviam pago a anuidade *deverão ignorá-la*.  
O CORECON-RJ está informatizando suas atividades, e a empresa que desenvolvia esse trabalho encaminhou listagem incorreta dos economistas em débito.

**S/SOFF**

Serviços de Mala Direta Ltda.

Utilize nossos serviços

Manuseamos e Expedimos:

— Revistas

— Boletins

— Informativos Periódicos

— Carnês

— Anuidades

— Guias de Contribuição Sindical

Confie em nosso trabalho

Uma empresa conceituada no mercado pela sua pontualidade e honradez.

Fale diretamente com Humberto Machado, pelo telefone — 263-7570  
Rua do Propósito, 27 — Saúde — RJ

CORECON/Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. Av. Rio Branco, 109/19º andar, Rio de Janeiro, CEP 20054. Tel.: (021) 224-0578, Ramais B-3 e B-4. **Presidente:** Carlos Francisco Teodoro Machado Ribeiro Lessa. **Vice-Presidente:** Maurício Buzanovsky. **Conselheiros Efetivos:** Marcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, Luis Otávio de Figueiredo Façanha, Luis Carlos Pires de Araújo, Hélio Oliveira Portocarrero Castro, Ignácio de Mourão Rangel, Sidney Pascoutto da Rocha. **Conselheiros Suplentes:** Airton de Albuquerque Queiroz, Lia Haseinclever, Eduardo Luiz de Almeida Cunha. **Secretaria de Fiscalização:** Luiz Sérgio Ribeiro. **Delegacia Regional de Campos:** Denise Cunha Tavares Terra. Av. Dom Bosco, 49. Tel.: (0247) 23-833. **Biblioteca Eginardo Pires:** biblioteca Angela Peixoto. **INFORME CORECON/Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, Editora e Jornalista Responsável:** Deolinda Saraiva, reg. MT-14109. **Diretor Responsável:** Márcio Henrique M. de Castro. **Conselho Editorial:** Cláudio Considera, Ignácio Rangel, José Clemente de Oliveira, José Márcio Camargo, Marcelino José Jorge, Márcio Henrique M. de Castro, Silvano da Silva Cardoso, Winston Fritsch. **Coordenação e Edição:** Frilas, Serviços Jornalísticos Ltda. Tel.: (021) 220-5444. **Diagramação:** Rama. **Secretária:** Ângela Peixoto. **Editoração Eletrônica:** Rama Artes Gráficas Ltda. (021) 262-9906. **Fotografia:** Floriano Vieira. **Fotolito e Impressão:** Monitor Mercantil. **Tiragem:** 20.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

# A economia dos sistemas da previdência e a necessidade de reforma

Hélio Portocarrero

O debate público sobre a previdência social é dramatizado por fatos trágicos e atos criminosos que enfocam a face dura de um sistema mal administrado e mal monitorado. Mas pouco se lê a respeito da real necessidade de reforma do sistema, o que tem a ver com seus problemas estruturais. Certamente estes se refletem na administração, mas têm seu caminho próprio, como este artigo procura mostrar.

Começemos com uma verdade econômica simples, mas menos percebida do que se pensa: a cada período na história de uma economia só pode ser distribuído o que é produzido. Se a produção não aumenta, pode-se mudar as regras de distribuição, mas é preciso que alguns agentes estejam dispostos a perder posição relativa. As economias costumam distribuir a renda gerada de acordo com os direitos de propriedade sobre fluxos de renda decorrentes da propriedade do capital e da capacidade de vender trabalho (mais ou menos qualificado)

para uma parte da população engajada no processo de produção e com transferências de renda para uma outra parte, a população inativa. Naturalmente um subconjunto da população inativa possui direitos de propriedade estabelecidos sobre fluxos de renda gerados no processo produtivo, mas a maioria possui, de fato, apenas direitos previdenciários. A razão de ser desses direitos é conhecida: a necessidade de manter uma população urbana de ex-trabalhadores cuja capacidade laboral está esgotada e, nas décadas subseqüentes à Revolução Industrial, já não podem contar com o apoio familiar comum nas sociedades camponesas ou com as antigas instituições de solidariedade. Em um modelo simples de ciclo de vida, o assalariado pouparia em sua fase ativa e despouparia em sua fase inativa; portanto teria capitalizado sua poupança até o momento de iniciar sua amortização. A forma mais simples de ação pública previdenciária seria, então, a poupança compulsória.

## 2 - Capitalização e repartição

O sistema previdenciário pode ser organizado segundo dois regimes de financiamento: capitalização ou repartição. Em certas circunstâncias especiais, em uma economia crescendo segundo a "regra de ouro", os regimes se equivalem, já que as taxas de crescimento da renda, da população e a taxa de juros convergem.

O princípio da capitalização é simples: contribuições regulares são levadas a um fundo acumulado à taxa de juros prevalescente e seus resultados distribuídos segundo regras previamente estipuladas. O regime de repartição é aquele em que os rendimentos dos direitos previdenciários serão auferidos a partir de transferências fiscais, caracterizando uma redistribuição intergeracional, pessoas ativas pagando por inativas. Ilustrando: se  $f$  é a fração da renda da geração  $G_t$ ,  $sG_t$  (em que  $s$  é a taxa de salário e  $G_t$  o contingente de pessoas) capitalizada à taxa de juros  $r$  para o período seguinte, em que este con-

tingente se torna inativo, então,  $fG_t(1+r) = f sG_t(1+n)$ , no caso em que  $n = r$  e  $G_{t+1} = G_t(1+n)$ , sendo  $n$  a taxa de aumento da população, incorporando o aumento de produtividade.

A realidade histórica se configura, no entanto, como uma sucessão de ciclos econômicos e ao longo desses as taxas de juros e de crescimento se diferenciam. As economias não costumam crescer segundo a "regra de ouro". Para uma vida humana real e finita, a definição do regime de previdência não será jamais neutra. Para a economia global também não será, porque o regime de financiamento adotado pode afetar a taxa de crescimento. Esta é uma questão em debate, com a tendência predominante de aceitar-se que o regime de repartição tende a prejudicar a formação de poupança individual. Ou seja, as pessoas descontam o valor de seus direitos previdenciários futuros na avaliação de sua riqueza atual, com efeito inibidor sobre a decisão de poupar. Tal efeito não ocorreria em regime de capitalização. A longo

## Previdência Social Urbana e Rural

### Número de benefícios em manutenção

Especificação	1980	%	1981	%	1982	%	1983	%	1984	%	1985	%	1986	%	1987	%	1988	%	1989	%	1990	%
1) Benefícios em geral	7,539,489	96.92	8,261,759	96.72	8,702,956	96.49	9,456,031	96.44	9,772,991	96.30	10,208,960	96.07	10,477,704	95.74	10,896,879	95.71	11,011,841	95.59	11,641,796	95.97	11,988,437	96.34
<b>Aposentadorias</b>	3,790,479	48.73	4,219,320	49.40	4,514,990	50.06	4,939,253	50.38	5,129,773	50.55	5,405,958	50.87	5,598,007	51.15	5,804,253	50.98	5,941,808	51.58	6,162,918	50.81	6,378,060	51.25
<b>Aposentadorias inválidas</b>	1,286,092	16.53	1,456,726	17.05	1,561,267	17.31	1,727,527	17.62	1,761,210	17.36	1,807,024	17.00	1,866,905	17.06	1,925,029	16.91	1,954,551	16.97	1,992,033	16.42	2,038,567	16.38
Trabalhador rural	203,702	2.62	303,088	3.55	348,981	3.87	395,859	4.04	426,936	4.21	444,750	4.19	450,657	4.12	463,673	4.07	467,186	4.06	465,527	3.84	484,117	3.89
Empregador rural	2,728	0.04	7,193	0.08	8,911	0.10	11,144	0.11	12,299	0.12	12,673	0.12	12,667	0.12	12,986	0.11	12,935	0.11	12,575	0.10	12,524	0.10
LOPS	1,075,118	13.82	1,142,042	13.37	1,199,274	13.30	1,316,572	13.43	1,318,253	12.99	1,346,100	12.67	1,400,303	12.80	1,445,178	12.69	1,471,449	12.77	1,511,136	12.46	1,539,337	12.37
Aeronauta	175	0.00	177	0.00	179	0.00	182	0.00	169	0.00	170	0.00	168	0.00	167	0.00	162	0.00	161	0.00	159	0.00
Lei 1.756/52	563	0.01	606	0.01	548	0.01	565	0.01	531	0.01	490	0.00	457	0.00	441	0.00	395	0.00	362	0.00	310	0.00
Plano Básico	2,409	0.03	2,302	0.03	2,127	0.02	1,995	0.02	1,850	0.02	1,566	0.01	1,507	0.01	1,393	0.01	1,299	0.01	1,187	0.00	1,187	0.00
Ex-SASSE	464	0.01	444	0.01	410	0.00	399	0.00	389	0.00	382	0.00	362	0.00	354	0.00	348	0.00	329	0.00	318	0.00
Extranumerário da União	669	0.01	623	0.01	602	0.01	583	0.01	560	0.01	534	0.01	515	0.00	516	0.00	495	0.00	470	0.00	451	0.00
CAPIN	264	0.00	251	0.00	235	0.00	228	0.00	215	0.00	205	0.00	210	0.00	207	0.00	188	0.00	174	0.00	164	0.00
<b>Aposentadorias velhice</b>	1,742,170	22.40	1,916,251	22.43	2,033,134	22.54	2,169,447	22.13	2,282,811	22.50	2,388,262	22.47	2,466,523	22.54	2,553,757	22.43	2,632,942	22.86	2,757,823	22.73	2,892,278	23.24
Trabalhador rural	1,393,064	17.91	1,511,537	17.70	1,574,597	17.46	1,642,084	16.75	1,701,214	16.76	1,742,778	16.40	1,761,028	16.09	1,789,278	15.71	1,819,703	15.80	1,861,479	15.35	1,933,956	15.54
Empregador rural	80,860	1.04	91,090	1.07	96,959	1.08	104,777	1.07	109,654	1.08	112,021	1.05	111,634	1.02	113,742	1.00	114,039	0.99	112,152	0.92	112,434	0.90
LOPS	268,131	3.45	313,518	3.67	361,487	4.01	422,503	4.31	471,866	4.65	533,398	5.02	593,801	5.43	650,681	5.71	699,150	6.07	784,145	6.46	845,851	6.80
Lei 1.756/52	12	0.00	10	0.00	8	0.00	8	0.00	7	0.00	6	0.00	6	0.00	5	0.00	4	0.00	4	0.00	3	0.00
Plano Básico	6	0.00	6	0.00	5	0.00	5	0.00	5	0.00	5	0.00	5	0.00	5	0.00	5	0.00	5	0.00	5	0.00
Compulsória ex-SASSE	97	0.00	90	0.00	78	0.00	70	0.00	65	0.00	54	0.00	49	0.00	46	0.00	41	0.00	38	0.00	29	0.00
<b>Aposent. tempo de serviço</b>	762,217	9.80	846,343	9.91	920,589	10.21	1,042,279	10.63	1,085,752	10.70	1,210,672	11.39	1,264,579	11.56	1,325,467	11.64	1,354,315	11.76	1,413,062	11.65	1,447,215	11.63
LOPS	641,843	8.25	715,672	8.38	780,102	8.65	875,381	8.93	907,501	8.94	998,242	9.39	1,033,048	9.44	1,071,682	9.41	1,085,193	9.42	1,120,499	9.24	1,138,476	9.15
Ex-combatente	11,481	0.15	11,673	0.14	11,207	0.12	11,857	0.12	11,553	0.11	11,779	0.11	11,702	0.11	11,717	0.10	11,447	0.10	11,145	0.09	10,500	0.08
Jornalista profissional	441	0.01	460	0.01	486	0.01	521	0.01	531	0.01	555	0.01	556	0.01	568	0.00	585	0.01	578	0.00	571	0.00
Lei 1.756/52	2,116	0.03	2,318	0.03	2,098	0.02	2,266	0.02	2,255	0.02	2,163	0.02	1,990	0.02	2,031	0.02	1,941	0.02	1,899	0.02	1,730	0.01
Ex-SASSE	2,232	0.03	2,257	0.03	2,172	0.02	2,150	0.02	2,085	0.02	2,038	0.02	1,989	0.02	1,935	0.02	1,898	0.02	1,823	0.02	1,721	0.01
Professores	0.00	0.00	0.00	0.00	135	0.00	722	0.01	1,320	0.01	1,982	0.02	2,626	0.02	3,228	0.03	3,698	0.03	4,539	0.04	5,253	0.04
Especial	93,183	1.20	103,563	1.21	114,599	1.27	140,000	1.43	151,862	1.50	185,688	1.75	205,049	1.87	226,957	1.99	242,493	2.11	265,862	2.19	282,632	2.27
Especial de aeronauta	1,193	0.02	1,214	0.01	1,233	0.01	1,280	0.01	1,315	0.01	1,314	0.01	1,393	0.01	1,458	0.01	1,509	0.01	1,522	0.01	1,503	0.01
Ordinária	7,834	0.10	7,061	0.08	6,275	0.07	5,692	0.06	4,993	0.05	4,438	0.04	3,845	0.04	3,432	0.03	2,922	0.03	2,500	0.02	2,112	0.02
Vantagens - Lei 1.756/52	1,894	0.02	1,821	0.02	1,694	0.02	1,659	0.02	1,580	0.02	1,528	0.01	1,382	0.01	1,402	0.01	1,356	0.01	1,270	0.01	1,179	0.01
Lei 6.683/79	0.00	0.00	304	0.00	588	0.01	751	0.01	757	0.01	945	0.01	999	0.01	1,057	0.01	1,273	0.01	1,425	0.01	1,538	0.01
<b>PENSÕES</b>	1,681,723	21.62	1,860,131	21.78	1,997,311	22.14	2,167,242	22.10	2,330,614	22.97	2,501,596	23.54	2,640,090	24.12	2,799,572	24.59	2,940,437	25.53	3,156,133	26.02	3,327,702	26.74
Trabalhador rural	447,191	5.75	532,506	6.23	594,748	6.59	652,340	6.65	730,111	7.19	795,959	7.49	833,983	7.62	895,115	7.86	954,866	8.29	1,009,754	8.32	1,069,927	8.60
Empregador rural	13,300	0.17	10,887	0.13	14,712	0.16	18,151	0.19	22,727	0.22	26,604	0.25	28,181	0.26	32,769	0.29	35,217	0.31	38,658	0.32	44,685	0.36
LOPS	1,177,541	15.14	1,273,315	14.91	1,346,420	14.93	1,455,286	14.84	1,537,400	15.15	1,639,113	15.42	1,738,914	15.89	1,832,845	16.10	1,912,577	16.60	2,070,280	17.07	2,176,725	17.49
Ex-combatente	1,028	0.01	1,194	0.01	1,293	0.01	1,542	0.02	1,681	0.02	1,906	0.02	2,107	0.02	2,311	0.02	2,444	0.02	2,772	0.02	2,845	0.02
Ato Institucional	503	0.01	250	0.00	191	0.00	119	0.00	18	0.00	11	0.00	9	0.00	7	0.00	8	0.00	11	0.00	12	0.00
Lei 593/48	20,464	0.26	19,877	0.23	18,577	0.21	17,932	0.18	17,117	0.17	16,431	0.15	15,502	0.14	15,016	0.13	14,301	0.12	13,671	0.11	12,986	0.01
Serv. Pub. Fed. dupla ap.	3,419	0.04	3,697	0.04	3,959	0.04	4,260	0.04	4,458	0.04	4,719	0.04	5,052	0.05	5,275	0.05	5,307	0.05	5,558	0.05	5,730	0.05
Decreto 20.465/31	1,685	0.16	12,446	0.15	11,703	0.13	11,385	0.12	10,921	0.11	10,429	0.10	9,933	0.09	9,688	0.09	9,266	0.08	8,871	0.07	8,475	0.07
Lei 1.756/52	2,951	0.04	3,235	0.04	3,031	0.03	3,439	0.04	3,474	0.03	3,560	0.03	3,546	0.03	3,668	0.03	3,561	0.03	3,629	0.01	3,401	0.01
Plano Básico	1,357	0.02	1,407	0.02	1,380	0.02	1,435	0.01	1,464	0.01	1,498											

## Previdência Social Urbana e Rural Índice Real da Despesa com Benefícios

1980-1990

ESPECIFICAÇÃO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
BENEFÍCIOS COMUNS (1)	100.00	104.81	117.64	105.06	92.35	94.63	107.99	80.07	72.43	83.41	87.83
Aposentadorias	100.00	105.66	119.65	108.85	100.15	104.80	117.95	87.32	79.93	85.91	92.39
Invalidez	100.00	105.91	120.70	109.18	100.09	108.92	124.31	92.06	83.82	89.86	94.92
Velhice	100.00	105.50	118.77	108.23	96.48	100.79	116.06	87.16	78.01	83.59	87.49
Tempo de serviço Especial	100.00	105.62	119.55	109.04	104.73	106.29	117.09	85.94	79.71	85.90	94.91
Economiários	100.00	105.56	119.30	108.69	92.90	106.33	119.78	88.61	82.83	89.24	95.22
Economiários	100.00	105.24	121.51	109.17	29.04	0.88	0.80	1.48	0.55	0.60	0.64
Pensões	100.00	105.93	120.37	109.16	111.64	126.98	141.54	104.94	96.76	103.72	109.93
Pensões	100.00	105.93	120.38	109.16	112.11	127.70	142.33	105.53	97.32	104.33	110.57
Pensões Economiários	100.00	104.83	118.96	108.83	29.56	3.72	4.18	4.23	0.00	0.00	0.00
Auxílio-doença	100.00	105.82	120.34	109.12	72.45	61.30	66.92	50.22	47.75	51.09	54.06
Auxílio-Natalidade	100.00	106.15	119.93	109.54	59.87	44.92	49.39	39.16	36.60	38.32	40.09
Auxílio-reclusão	100.00	106.21	120.10	109.90	86.00	84.95	93.51	69.42	65.20	70.18	74.31
Auxílio-funeral	100.00	105.74	119.25	109.88	72.81	68.98	76.94	57.20	53.32	57.16	60.09
Salário-família	100.00	97.52	88.92	62.88	63.15	70.07	74.78	53.59	36.86	24.62	14.02
Salário-maternidade	100.00	97.64	129.05	104.24	102.67	110.10	112.07	88.44	101.96	113.91	125.78
Renda Mens. Vitalícia	100.00	106.12	119.71	108.99	81.10	79.11	88.30	65.63	60.70	64.85	67.84
Invalidos	100.00	106.33	120.00	109.39	85.41	89.39	100.67	72.75	66.42	71.02	74.18
Idosos	100.00	105.94	119.45	108.63	77.32	70.07	77.44	59.38	55.68	59.44	62.27
Peculio Simples	100.00	0.00	0.00	0.00	7069.89	13140.09	15594.40	2172.60	0.00	0.00	0.00
Peculio Especial	100.00	105.87	119.71	109.27	110.77	137.87	155.72	114.36	105.96	114.94	123.77
Abono Perm. Serviço	100.00	105.79	119.92	109.51	74.82	58.25	61.93	45.73	43.19	46.50	49.76
Abono Anual	100.00	100.66	119.08	99.75	76.51	59.37	114.38	85.97	67.87	204.79	209.35
BENEF. ACIDENT. (2)	100.00	105.72	118.07	107.35	127.54	111.76	117.54	87.00	125.36	87.08	93.16
Apo. invalidez	100.00	106.32	120.27	109.77	135.58	165.48	184.61	136.23	180.65	136.78	146.19
Pensões	100.00	106.15	119.97	109.56	109.59	117.96	129.98	96.38	129.51	96.54	102.59
Auxílio-doença	100.00	105.95	119.90	109.46	75.10	68.20	75.38	55.84	81.03	56.28	60.05
Auxílio-acidente	100.00	106.30	120.20	109.53	117.89	132.33	146.27	107.84	156.15	108.51	116.36
Auxílio-suplementar	100.00	106.27	120.64	109.86	325.11	483.41	540.04	395.03	583.31	401.98	430.76
Abono Anual	100.00	100.27	91.05	76.90	505.99	188.55	117.44	88.26	29.54	82.92	91.70
Pec. redução capac.	100.00	107.09	120.83	110.29	35.12	13.19	16.93	12.90	11.46	11.94	13.13
Peculio invalidez	100.00	106.05	120.03	109.69	58.96	27.91	30.36	22.59	21.00	22.59	24.00
Peculio morte	100.00	106.18	119.99	109.89	58.61	40.09	44.40	33.01	448.00	33.01	34.99
TOTAL GERAL	100.00	104.85	117.65	105.14	93.64	95.26	108.34	80.33	74.37	83.54	88.03

FONTE: MTPS, Divisão de Estatística e Cadastro. Dados elaborados com base no Balancete Analítico e Acumulado do SINPAS

ELABORAÇÃO: Assessoria Legislativa da Câmara dos Deputados.

(1) Deflacionado pelas médias anuais do IGP-DI da FGV

prazo este não deverá ser incentivador de poupança (porque substituirá outras formas de poupança), mas certamente não será inibidor. No momento de sua adoção, a curto prazo poderá incentivá-la, até que as expectativas se estabilizem. Em todo caso, a relação entre os regimes de financiamento da previdência e a formação de poupança se revela objeto de debate ainda em aberto, tendo-se de considerar vários argumentos que não serão aqui resumidos.

### 3 - A economia simples do financiamento por repartição

O equilíbrio do sistema de repartição pode ser ilustrado na seguinte equação:

$$t^* = \frac{V}{A} \cdot \frac{r}{a(1-d)} \cdot \frac{m}{s}$$

Onde  $t^*$  é a taxa de contribuição previdenciária que equilibra o sistema,  $A$  é a população ativa,  $a$  a proporção de  $A$  que deseja trabalhar,  $d$  a taxa de desemprego,  $s$  o salário médio (ou para generalizar, a renda pessoal média dos ativos),  $V$  a população inativa,  $r$  a proporção de  $V$  com direitos a benefícios previdenciários e  $m$  o valor do benefício previdenciário médio.

A tradição dos sistemas de previ-

dência é de basear a contribuição sobre a folha salarial. Isto provem de que os primeiros sistemas formados pretendiam adotar a capitalização, com a idéia de contribuição tripartite, do empregado, empregador e governo (ou seja, impostos gerais); ou, então, do empregado e do empregador. Quando os sistemas públicos passaram a adotar o financiamento por repartição continuaram baseados na folha, que

apresenta facilidade administrativa para cobrança e fiscalização, e a vantagem de ter certa estabilidade ao longo dos ciclos. É claro, porém, que a base do imposto previdenciário pode ser estendida ou substituída. Em repartição não pode haver relação econômica precisa entre o valor que se contribui e o valor que se auferê. O imposto (a contribuição) será determinado de acordo com a definição da despesa.

Quando examinamos a expressão de  $t^*$ , podemos observar cada fator de sua formação.  $V/A$  é fator demográfico, mas com forte componente de determinação institucional.  $V$  não abrevia algo como "velhice biológica", mas indica apenas o contingente populacional que pode gozar de direitos previdenciários. Muitas das pessoas aí incluídas estão longe do declínio biológico e nem mesmo perderam

### Evolução das Despesas do SINPAS em relação ao PIB

1982-1991

ANOS	PIB Cr\$ mil correntes	TAXA REAL %	DESPESA TOTAL Cr\$ mil correntes	% IPB	DESPESA C/BENEFÍCIO 5 Cr\$ mil correntes	% PIB	DESPESA C/ASS. SOCIAL Cr\$ mil correntes	% PIB	DESPESA C/ASS. SOCIAL Cr\$ mil correntes	% PIB
1982	50,541	1.10	3,059	6.05	1,968	3.89	478	0.95	47	0.09
1983	117,258	(2,80)	6,592	5.62	4,510	3.85	920	0.78	88	0.08
1984	386,091	5.00	19,090	4.94	12,992	3.37	2,916	0.76	214	0.06
1985	1,382,524	8.30	65,811	4.76	42,965	3.11	9,708	0.70	672	0.05
1986	3,661,818	7.50	190,502	5.20	121,760	3.33	28,718	0.78	2,913	0.08
1987	11,536,551	3.60	606,065	5.25	297,186	2.58	126,543	1.10	26,990	0.23
1988	86,197,482	0.00	4,336,771	5.03	2,136,674	2.48	1,023,849	1.19	159,241	0.18
1989	1,266,348,349	3.60	68,605,685	5.42	35,161,045	2.78	13,162,199	1.04	721,528	0.06
1990	32,353,476,753	4.30	2,034,873,353	6.29	1,067,674,355	3.30	405,397,374	1.25	11,268,472	0.03
1991 (*)	171,157,630,690	1.00	9,636,912,535	5.63	5,720,958,390	3.34	2,588,378,149	1.51	—	—

FONTE: INSS, FLUXO DE CAIXA, vários anos.

IBGE, para os dados do PIB.

NOTA: (\*) Dados preliminares.

ELABORAÇÃO: Assessoria Legislativa da Câmara dos Deputados.

capacidade laborativa. O limiar da entrada na categoria V é institucional. Por isso,  $t^*$  pode ser controlada com a adoção de medidas tais como o aumento da idade de aposentadoria, como foi recentemente decidido nos Estados Unidos e está sendo estudado em vários países. Evidentemente, o abandono do critério de aposentadoria por tempo de serviço teria o mesmo efeito. No pós-guerra há dois efeitos tipicamente demográficos que afetam V/A: o aumento da vida média e a diminuição da taxa de fecundidade. Ambos fatores tendem a aumentar V/A e, portanto,  $t^*$ . A ação institucional tenta contrabalançar a tendência. Outra forma de controlar a tendência de  $t^*$  a crescer é a de limiar  $r$ , a cobertura da população potencial V. Mas este tipo de ação institucional produz reação social negativa. A tendência é de universalizar a previdência. Lembremos, em todo caso, a importante preocupação européia com a definição dos direitos nacionais em face da imigração. Encontramos no denominador a taxa de desemprego  $d$ , com sinal negativo. É indicador da forte sensibilidade do sistema de repartição às variações de conjuntura. O sistema responde ao aumento do desemprego com déficit orçamentário e à sua diminuição com superávit. A variável  $a$  pode ser interpretada como indicador de formalização da mão-de-obra. É a proporção de A que efetivamente contribui para o sistema. Em economias desenvolvidas, o trabalho é geralmente formalizado, não se constituindo variações em  $a$  preocupação quanto à estabilidade do sistema. Não é o caso em economias subdesenvolvidas e sujeitas a prolongados períodos de recessão, como acontece no Brasil.

Finalmente, o fator  $m/s$  é o que pode mais facilmente ser manipulado pela ação institucional. O salário médio dependerá do curso do crescimento econômico.  $m$  será de-

terminado pela Lei e pela conjuntura político-econômica. Observam alguns que o período de 30 anos que se seguiu à 2ª Guerra constituiu a idade de ouro dos benefícios previdenciários. De fato, com aumentos sucessivos de remuneração dos trabalhadores ativos, plenamente compensatórias da pressão demográfica, o valor dos benefícios pôde crescer sem pressões muito fortes na taxa de contribuição. Com o esgotamento dessa fase de crescimento, porém, os governos tendem a manipular o valor real de  $m$  por intermédio das regras de indexação.

A disputa em torno da indexação dos direitos tende a aumentar à medida que as economias crescem menos. Como no regime de repartição a determinação final do benefício depende da taxa de contribuição, a disputa pela manutenção de seu valor ou de sua extensão é mais um aspecto da luta pela distribuição do produto nacional entre inativos e ativos, arbitrada pelo governo.

Podemos identificar aí um custo amargo para a sociedade e que deve ser incluído entre o que os economistas chamam custos de transação. O regime de capitalização apresenta quanto a este aspecto uma nítida vantagem: os direitos são mais bem definidos. Portanto, os custos de transação envolvidos em sua definição não se apresentam. Ademais, os direitos definidos neste regime poderão ser sempre suplementados por transferências fiscais, no caso em que a sociedade os julgue insuficientes. A catástrofe da Guerra Mundial, que destruiu os mercados de capitais internacionais, encetou na Europa a própria substituição dos regimes de previdência social financiados por capitalização pelos atuais, financiados por repartição.

Os países do mundo tendem a adotar a repartição em seus regimes básicos, apesar de todas as inconveniências. O custo de passagem para

capitalização é muito alto para uma geração. Fundear inteiramente um sistema é praticamente impossível em virtude do tamanho dos mercados financeiros. Nos Estados Unidos, por exemplo, o fundo seria de tal porte que absorveria um volume maior do que a dívida pública emitida, tendo de atuar também junto ao mercado de papéis privados. E, a rigor, a emissão de dívida pública para capitalizar um fundo de previdência social representaria a adoção de um sistema de repartição disfarçado. Mas, ainda que o regime fosse apenas parcialmente capitalizado, a geração que o dotasse teria de incorrer na contribuição para o fundo e nos pagamentos correntes aos inativos, a menos que seus direitos fossem depreciados.

As reformas que estão sendo adotadas ou estudadas tendem a enfatizar o papel da capitalização, mas limitando a faixa em que é adotada. Nenhuma reforma prescindiu de alguma forma de financiamento por repartição.

#### 4 - Por que reformar o sistema previdenciário brasileiro

O regime de repartição no Brasil apresenta todas as características de deterioração como em um país desenvolvido, sem ter evidentemente atingido a excelência administrativa. A relação entre inativos e ativos (beneficiários e contribuintes) subiu em 20 anos de cerca de 1/4 para 1/2. Isto não reflete apenas a transformação demográfica para melhor (aumentou a esperança de vida ao nascer, a sobrevivência aos 50 anos e caiu a taxa de fecundidade), mas a ampliação de setores informais, tal que alguns analistas avaliam a mão-de-obra informal em cerca de 50% da PEA. Como trazer um contingente tão grande à formalização? Será certamente um processo lento, quando e se puder ser empreendido.

Na década de 80, ao contrário do que se pensa freqüentemente, o sis-

tema se manteve em relativo equilíbrio, em termos de comparação das despesas totais da seguridade e das despesas com benefícios em relação ao PIB. As receitas do sistema em relação ao PIB evoluíram de acordo, como se pode observar nas tabelas, reproduzidas do notável Relatório da Comissão Especial para Estudo do Sistema Previdenciário da Câmara dos Deputados (relator: Dep. Antonio Britto) apresentadas em anexo.

A estabilidade dessa relação receita/PIB sugere que aí observamos o que a sociedade está disposta a dispender com a previdência, mesmo em uma situação de recessão. Isto só pode ser obtido em virtude da queda da despesa real com benefícios, como pode ser observado na tabela seguinte, complementada com a que nos mostra a evolução do número de benefícios (ambos também reproduzidos do citado Relatório). Segue-se que o benefício médio necessariamente se deteriorou. Observe-se que o número de benefícios aumentou a uma taxa mais rápida que o valor do PIB e conjugue-se a isto que a tendência estatística da relação entre ativos e inativos é ainda declinante, mesmo que suavemente.

O Brasil não faz milagres, como nenhum outro país. A situação de deterioração do sistema foi administrada como no resto do mundo, manipulando a indexação dos benefícios diretamente através dos índices ou na base de cálculo. O processo inflacionário sem dúvida facilita esses procedimentos. No entanto, a grande inovação da Constituição de 88 é a exigência de indexação plena no cálculo e na manutenção de benefícios. É este fator que vem sendo destacado pouco no debate sobre reforma previdenciária, mas que afinal constitui seu ponto nodal. O cumprimento do preceito sem que o imposto previdenciário seja aumentado ou a base estendida (o que afinal resulta no mesmo, em termos de carga tributária média) ou, ainda os direitos reduzidos se verificará impossível, já que elimina a utilização do mais corriqueiro instrumento de ajuste do sistema.

A adaptação exigirá, em vista desse problema, o aperfeiçoamento de todo o sistema previdenciário. É uma boa ocasião para reorganizá-lo com resultados institucionais positivos em seu funcionamento e resultados econômicos benéficos para a sociedade. As épocas de crescimento permitem facilmente palatáveis ineficiências, desvios, impropriedades. Em época de recessão prolongada a disputa em torno da distribuição do produto se acirra e é bom tempo de rever instituições.

### Evolução das receitas do SINPAS em relação ao PIB

1982-1991

ANOS	PIB Cr\$ mil correntes	TAXA REAL %	DESPESA TOTAL Cr\$ mil correntes	% IPB	DESPESA C/BENEFÍCIOS Cr\$ mil correntes	% PIB	DESPESA C/ASS. SOCIAL Cr\$ mil correntes	% PIB	OUTRAS RECEITAS Cr\$ mil correntes	% PIB
1982	50,541	1.10	3,106	6.15	2,987	5.91	89	0.18	30	0.06
1983	117,258	(2.80)	6,490	5.53	6,010	5.13	435	0.37	45	0.04
1984	386,091	5.00	19,526	5.06	16,725	4.33	2,607	0.68	194	0.05
1985	1,382,524	8.30	71,931	5.20	64,218	4.64	4,747	0.34	2,966	0.21
1986	3,661,818	7.50	204,884	5.60	189,646	5.18	8,697	0.24	6,541	0.18
1987	11,536,551	3.60	681,309	5.91	550,280	4.77	21,310	0.18	109,719	0.95
1988	86,197,482	0.00	4,336,789	5.03	3,716,161	4.31	148,590	0.17	472,038	0.55
1989	1,266,348,349	3.60	68,350,294	5.40	55,432,411	4.38	10,497,074	0.83	2,420,809	0.19
1990	32,353,476,753	4.30	2,118,139,631	6.55	1,717,182,805	5.31	226,330,649	0.70	174,626,177	0.54
1991 (*)	171,157,630,690	1.00	9,528,873,639	5.57	7,876,860,290	4.60	1,069,430,310	0.62	582,582,939	0.34

FONTE: INSS, FLUXO DE CAIXA, vários anos. IBGE, para os dados do PIB.

NOTA: (\*) Dados preliminares.

ELABORAÇÃO: Assessoria Legislativa da Câmara dos Deputados em 04/02/92.

# Brasil passado a limpo

## Wanderley Guilherme e Maria da Conceição abrem ciclo de encontros com discussão sobre conjuntura.

**C**erca de 200 pessoas compareceram ao auditório do Centro de Treinamento do BNDES, no dia 23 de junho, para o debate com os professores Wanderley Guilherme dos Santos (Ierj/UFRJ) e Maria da Conceição Tavares (UFRJ/Unicamp), sobre a conjuntura nacional.

“Pretendemos passar o Brasil a limpo e mostrar que há saídas para a crise, e caminhos que nos reconduzam ao desenvolvimento com custos sociais minimizados”, disse o presidente da Associação de Funcionários do BNDE, Sérgio de Paula, na abertura dos trabalhos. O debate realizado em junho foi o primeiro de uma série de encontros e seminários, promovidos por várias entidades representativas da sociedade civil, entre elas: CORECON, AFBNDE, Ierj, Sindicatos dos Bancários, Clube de Engenharia, AFBNDESPAR, APA-BNDES, AFFiname e Sindicato dos Engenheiros.

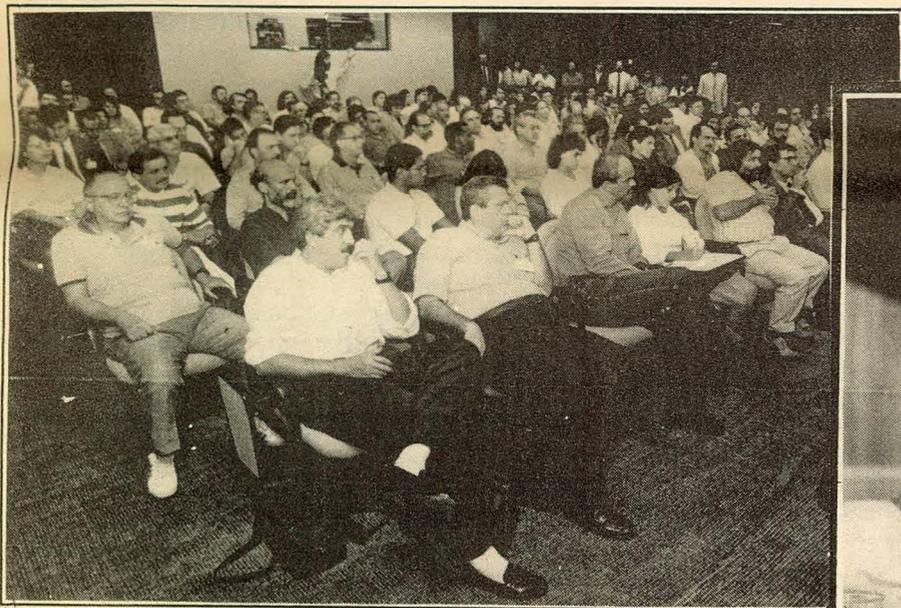
O professor Wanderley e a professora Maria da Conceição traçaram um amplo painel sobre a situação social, econômica e política do país, que servirá de pano de fundo para as discussões progra-

madas para os próximos meses. O deputado Waldir Pires (PDT-BA) não pôde comparecer, preso a compromissos em Brasília.

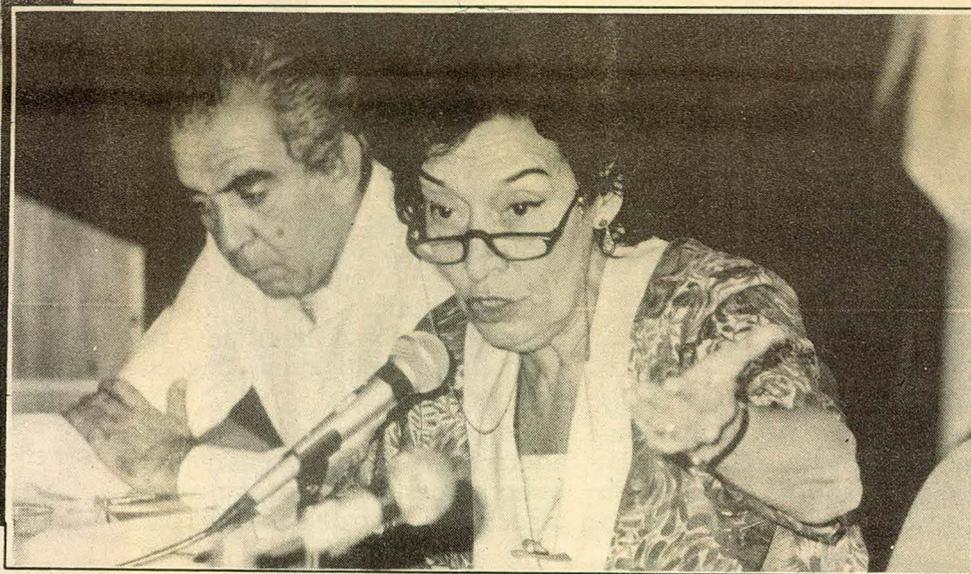
Na avaliação dos promotores do evento, o debate foi um sucesso. O auditório lotado e atento mostrou que, mais do que nunca, a discussão e a reflexão sobre o grave momento que a sociedade brasileira vivencia são prioridade não apenas para os economistas, funcionários do BNDES e de várias estatais que compareceram ao debate. A ampla cobertura da imprensa demonstra que a busca de alternativas à situação política e econômica interessa a toda a sociedade. É necessário ressaltar, ainda, a valorosa contribuição dada pelos dois professores convidados, intelectuais reconhecidos pela dedicação ao estudo dos problemas brasileiros.

O próximo debate será no dia 29 de julho, ao meio-dia, no BNDES. O tema em discussão será “As perspectivas de Longo Prazo da Economia Brasileira”, com a participação do professor Antonio Barros de Castro.

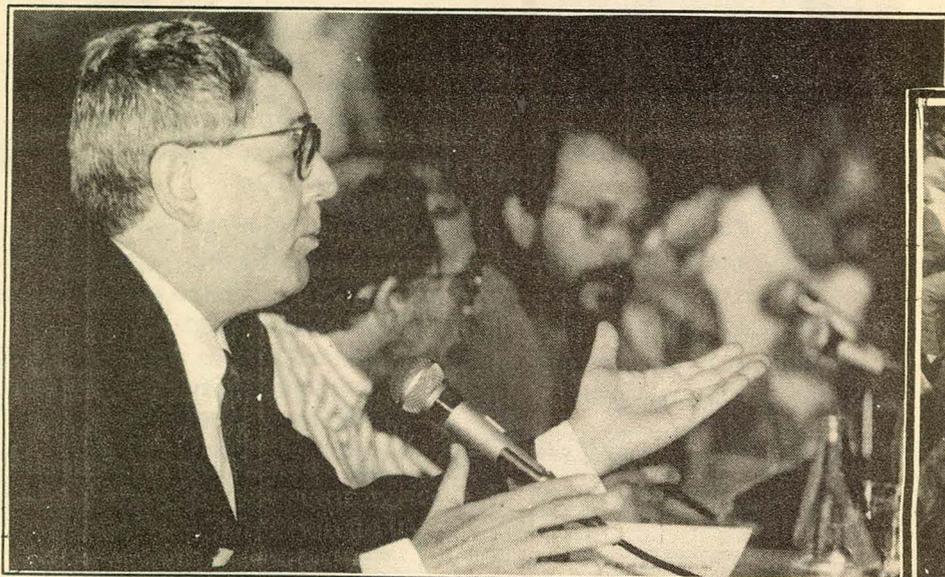
A seguir, os principais trechos das exposições do professor Wanderley e da professora Maria da Conceição.



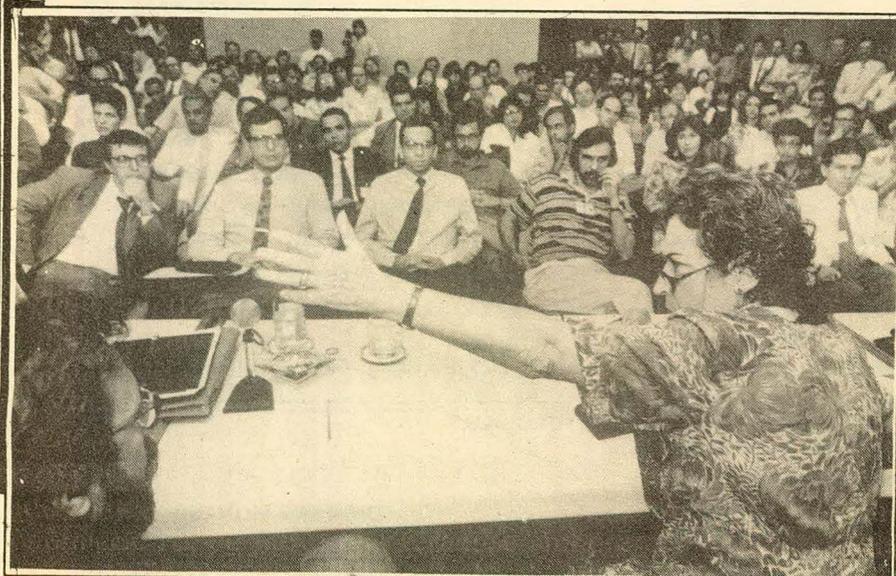
O debate lotou o auditório do BNDES



Conceição em dois tempos: ao lado de José Clemente de Oliveira, da Fapes/BNDES (acima), e observada atentamente pela platéia.



Wanderley ao lado de José Márcio Camargo, da PUC, e Sérgio de Paula



Wanderley Guilherme dos Santos

“A reflexão, o debate, a controvérsia, a troca de idéias são particularmente oportunos pelo clima de nevoeiro bastante acentuado que nos dificulta a visão do que efetivamente se passa no país, quais são os interesses em jogo, os conflitos, a pauta de reivindicações, enfim, que o país tem que resolver. O nosso futuro imediato, que parecia um pouco esclarecido não nas suas soluções, mas pelo menos nas suas questões, de novo é complicado nas suas próprias questões, a saber, o que é que nós temos que resolver no curtíssimo prazo. Ainda não sabemos. Dependemos de uma CPI; de reuniões entre políticos e líderes empresariais, e das discussões que os líderes empresariais estão tendo entre si, para saber qual é a posição da grande indústria nacional; dependemos dos partidos políticos que não sabem o que vão propor. Enfim, o tipo de questões que nós havíamos imaginado que fariam parte dos próximos três anos, depois de dois anos de governo Collor, desde o ponto de vista institucional — com o plebiscito previsto para o ano que vem sobre forma de governo, regime, sistema eleitoral —, problemas do ajuste — quem pagaria o quê, em relação a quê —, problemas ligados ao sistema internacional, o resgate de nossa dívida social — expressão já tão desgastada —, os resultados do grupo de trabalho Brasil 2010. Tudo o que pareciam ser os fóruns já estabelecidos para discussão da agenda de questões consensualmente aceitas como questões que deveriam ser decididas de alguma maneira, isso, de repente, saiu do cenário e estamos pendentes de algumas decisões que não sabemos exatamente que implicações podem ter.

É desnecessário dizer que nada do que tem acontecido nos últimos dois meses no Brasil alterou fundamentalmente a situação econômica do país, e muito menos a situação social. Todos sabemos que é um descalabro que cerca de 40% da PEA ganhe até 2 salários-mínimos, que 40% da população economicamente ocupada do país não tenham carteira de trabalho assinada, e que essa proporção suba para 60% no Nordeste, e no setor agrícola dessa região a proporção vai a 80%. E isso são dados de 1987.

De qualquer maneira esses são os dados a partir dos quais há estímulo ao desenvolvimento de

uma “sociologia de catástrofe”, que vem sendo feita no país com alguma recorrência nos últimos dois anos. Aparentemente nos estariamos — ou estamos, desde 1986 leio coisas semelhantes — à beira de um caos social, no sentido de uma total desintegração das relações sociais, de um crescimento incontrolável da violência urbana, sobretudo, com a ocorrência de saques, greves, ocupações. As imagens que os “sociólogos da catástrofe” nos têm apresentado mostram que, a continuar por mais tempo essa situação — e esse tempo nunca é precisado — nós veríamos nosso país destruído por uma espécie de “estado natural hobbesiano”, uma guerra de todos contra todos. Há uma premissa crucial equivocada, creio eu, na “sociologia da catástrofe”. É que a taxa de turbulência social tem uma relação monotônica com



o crescimento da miséria e, quanto maior fosse a miséria, maior seria a taxa de turbulência social, de violência. Se fosse assim, a ilha do Haiti já teria afundado há décadas.

O que é fundamental é o fato de que o que estimula a turbulência social, a crise social acentuada, não é a miséria absoluta, mas a privação relativa. Me refiro a eventos como saques, destruições, esse tipo de evento, em larga escala. São duas as condições que propiciam a emergência desses fenômenos. Uma delas é o crescimento da miséria diferencialmente em grupos que, anteriormente, estavam no mesmo patamar de bem ou mal-estar social. Mas a deterioração é mais rápida para alguns. Os fenômenos ocorrem após um longo período de estagnação, quando começam a surgir avanços econômicos. Nesse momento, alguns grupos sociais se

apropriam de proporções maiores do crescimento que outros, e a privação relativa, dependendo de como seja percebida ou administrada por lideranças eficazes, é que a tendência para a turbulência social em larga escala ocorre.

A privação relativa é a consciência de que se está com menos de que outros, que seriam iguais a nós, ou porque se está perdendo mais do que outros, que também seriam iguais a nós. Sobretudo, se houver uma segunda condição presente: o crescimento da probabilidade da impunidade.

Se é grande a possibilidade de que um processo de turbulência social ficará impune, maior é a probabilidade da existência da turbulência social. E essa possibilidade é função de duas coisas: primeiro, o número de pessoas envolvidas num movimento de tensão social, pois quanto maior o

nhum numa turbulência dessa natureza, ela se esgota por si mesma.

A percepção de privação relativa, numa sociedade como a nossa, se dá de várias maneiras. Pode se dar pela comparação do padrão de consumo com o vizinho, com o colega de profissão, mas pode se dar também, tendo em vista que poder é pedagógico, pela observação do que acontece nos vários níveis elevados das autoridades que exercem o poder. A corrupção aparece para o conjunto da população sob a ótica da privação relativa. São pessoas que têm acesso diferenciado a um certo conjunto de bens e, não-legalmente, se apropriam de um certo conjunto de bens e valores, e essa igualdade de oportunidade perante a possibilidade de apropriação indébita não existe para todo mundo. Quanto mais se é impune esse efeito-demonstração de poder de corrupção e de apropriação de bens, mais se ressalta a questão da privação relativa.

O problema da corrupção não está no fato de que seja possível impedi-la ou preveni-la. Nenhum código legal é capaz de fazer isso. No Japão, na Inglaterra, todos frequentam! Assim como um código penal com pena de morte não impede a existência de crimes. O que é preciso é que esses códigos sejam suficientemente críveis para manter a taxa de violação reduzida. E é preciso que se saiba que, uma vez cometida a violação, cedo ou tarde ele será apanhado e será punido.

Ninguém espera de um governo que ele seja ímpoluto. São dezenas de milhares de pessoas trabalhando, haverá uma fraude, um ilícito. Se espera de um governo que ele seja ávido de descobrir e, uma vez descoberto, de punir.

Na medida em que tenhamos evidências não do cometimento de ilícitos, mas de impunidade, é uma indicação para aumentar o sentimento de privação relativa. Quanto à possibilidade decrescente de punição, existe não apenas no que diz respeito aos altos escalões da República, mas na sociedade brasileira como um todo. Tenho dados de um inquérito suplementar à PNAD de 1988, sobre violência, Justiça e vitimização. Em primeiro lugar, há um dado fantástico: um número incalculável de pessoas recusa-se a admitir que foi vítima de violência. Apenas 10% da população brasileira admitem ter sido vítimas de algum tipo de violência nos últimos cinco anos, isso em 1988. São nove tipos de conflitos, e os dados são

mesmo fantásticos. Apenas 0,6% da população do Nordeste, agrária, reconheceu ter estado envolvida em algum tipo de conflito. Pior do que isso: dos que reconheceram ter se envolvido em algum tipo de conflito, apenas 33% recorreram à Justiça. Tomando o resto que não recorreu com 100%, 43% resolveram por conta própria; 28% não acreditavam na Justiça. Os dados para a polícia são a mesma coisa. Recorreram a outras pessoas ou entidades: 6%. Essas "outras pessoas ou entidades" chamam-se soberanias concorrentes. O problema no Brasil é que estamos num híbrido institucional. Temos aquelas instituições lá em cima que nos mostram indicadores de privação relativa, e mostram por outro lado, aqui embaixo, incapacidade de exercer aquilo que é a razão preliminar do Estado: impor lei e ordem.

A soberania concorrente que existe neste país, na marginalidade do poder, chama-se o oligopólio do jogo do bicho e, agora, está acontecendo uma guerra entre o tráfico, que é uma guerra de transformação de um mercado atomizado, clássico, para um mercado oligopolizado. É isso que está em curso neste

país. São eles que fazem lei e ordem na periferia, que administram a Justiça, que julgam, que dão empregos, que garantem saúde, tudo, na periferia desta minúscula mancha de civilização que somos nós. Nenhum país pode sobreviver a isso, porque grande parte das políticas governamentais exige, para ser eficaz, não apenas competência técnica, mas a adesão subjetiva da população. Poucas são as políticas que não exigem isso. Quer elevar a taxa de juros? Eleva-se. Quer mudar a taxa de câmbio? Não precisa de ninguém. Mas até para o Imposto de Renda, que é uma coisa compulsória, se a população não adere subjetivamente, tem-se o que tivemos agora: uma taxa inédita de recusa na entrega dos formulários.

Enquanto nós tivermos esse híbrido institucional patrocinado há 30 anos por um certo tipo de política, nós teremos grande dificuldade em fazer com que se ob-

tenha 100% de êxito em quaisquer planos que venham a ser formulados por este ou qualquer governo. Com maior razão ainda se o resultado do processo em que estamos agora estimular a nossa percepção de que a corrupção é um estímulo à privação relativa. Muito obrigado."

Maria Da Conceição Tavares

"**E**u não estou, definitivamente, acompanhando a conjuntura, salvo lendo a Veja, que resolveu virar o nosso Washington Post, aos domingos. Em linhas gerais, eu queria dizer o seguinte: conjuntura — não estabiliza porque não há nenhuma possibilidade. O Estado brasileiro não tem recursos, está quebrado, não tem recursos estratégicos em dólar para bancar, ao mesmo tempo, o ajuste do balanço de pagamentos, o ajuste fiscal e o ajuste monetário. E as políticas macro são interdependentes, aqui

como em toda a parte. Não estabiliza porque, em linguagem de jargão, de economês, é o seguinte: não se pode pegar uma curva de demanda agregada e uma curva de oferta agregada e encontrar um ponto de equilíbrio. Porque

juro e câmbio intervêm tanto do lado da oferta — na formação de preços das empresas, na formação das margens de lucro, nos horizontes de expectativa de decisão —, como do lado da demanda. Porque simplesmente eles mudam tanto agragadamente a relação entre o investimento público e privado, como a relação com o exterior. A menos que se tenha a possibilidade de alguma variável estratégica.

Logo, toda a idéia de que primeiro ou estabilizo e depois eu cresço, trata-se de uma maluquice. Nós estamos prisioneiros, neste particular, no que diz respeito à inserção internacional e à reestruturação do país, da ideologia mais perversa, a ideologia neoliberal. Por que diabos fomos copiar os neoliberais se eles foram um fracasso? A Inglaterra e os Estados Unidos, que são os pais dessa ideologia, são um desastre completo. Estão inteiramente desestruturados.

Há uma resistência à recentralização do poder no governo federal, razão pela qual eu acho a atual proposta de reforma fiscal completamente inviável, porque quer centralizar. Pode esperar sentado, nenhum governador vai topar, pelo menos os relevantes. Estou convencida, há muito tempo, de que mudou o padrão de desenvolvimento. Mas tenho horror de falsos dilemas, e os falsos dilemas são: a ideologia ou voltar para trás. A ideologia neoliberal é um desastre completo, ou então volta e copia o modelo geiselista.

Outra idiotice é a coisa do mercado interno versus o mercado externo. Ninguém conseguiu operar bem no mercado internacional sem ter uma base industrial, financeira, e agências de Estado com visão estratégica e horizonte temporal mais largo, que articulassem os interesses. Por isso é que deu certo no Japão, na Coreia, está dando certo na Índia, na China, etc. Então,

eu acho que a coisa da ideologia é uma praga. O tempo que as pessoas perdem discutindo se é o mercado ou o Estado é uma loucura. Porque é o mercado e o Estado sempre; a questão é como refaz a articulação Estado ver-

sus mercado, que este país, classicamente, resolveu sempre introjetando os interesses privados dentro do Estado, para terminar, evidentemente, estatizando todas as dívidas e agora arrumando sindicatos que, por fora, assaltam o Estado. O que já é um estado de degenerescência assaz alto...

Vou resumir logo o que é que eu acho uma visão estratégica. É como se rearticulam os interesses. No caso desta casa, é como prover os interesses dos subordinados. Eu acho que a década de 80 não está perdida nesse particular, porque surgiram sindicatos novos desligados do Estado, e pelo menos os interesses das classes trabalhadoras estão tentando defender.

Estrutura: o padrão de desenvolvimento estar esgotado não quer dizer que eu possa mudar os recursos econômicos e de poder que o país tem; quer dizer que a sociedade tem que rearticulá-los. Reestruturas serão fatalmente por subsistemas, quer sejam câ-

maras setoriais, quer seja aqui no banco, etc. Nossa inserção internacional é boa, porque é diversificada.

Portanto, o problema também é como se articula o interno e o externo. Insisto que é ridículo imaginar que nós vamos mudar o modelo para exportador. Nós já somos. Desde a década de 70 que crescemos para dentro e para fora. Quem acha que o modelo Geisel foi um modelo de substituição de importações estrito senso está maluco, porque desde 1974, todas as multinacionais deste país, em particular o setor industrial, tornaram-se superavitárias. Qual é o problema, portanto? Visão estratégica é visão da rearticulação, por blocos. Em linguagem estratégica, chama-se "building blocs". Do ponto de vista prático, é uma coordenação por anéis. Pré-conciliação de interesses, quer sejam setoriais, nacionais, internacionais, industriais, agroindustriais, financeiros.

Como os vitoriosos fizeram. Um padrão de desenvolvimento que depende só de recursos fiscais e endividamento externo, como foi o caso nos últimos 50 anos, pode se suicidar. E não adianta torcer por uma belíssima crise in-

ternacional. Estamos hoje muito mais internacionalizados do que no século passado, ou em 1930. Essa belíssima crise mundial não vai nos liberar dos passivos, vai é bater nas nossas cabeças pesado, não como em 1930, muito menos como o encilhamento da crise geral do século 19. Sociologia econômica: nós estamos em crise porque a articulação dos interesses dominantes está em crise. Não podemos imaginar um estado de simplificação em que ancoramos no câmbio, ou ancora no que dá na telha, e pode ser que os "agrobusiness" agüentem um tempo, mas a indústria não agüenta. Nós não temos uma estrutura de inserção internacional simples. A articulação dos interesses dominantes não passa, do meu ponto de vista, dado que são conflitivos, por um projeto nacional. Mas também não passa pela idéia de que algum setor dominante — bancos, nacionais e estrangeiros; construtores; industriais nacionais e multina-

**"Vivemos um híbrido institucional. Nenhum país pode suportar isso. O governo precisa da adesão da população"**

Wanderley

**"Desenvolvimento baseado só em recursos fiscais e endividamento externo é suicídio"**

Conceição

cionais; agrobusiness — possa ter encaixado neles o prejuízo da conta da viúva. Isso já foi tentado duas vezes — uma, de manso, com o Dilson Funaro, e deu no que deu; e outra, de bravo, com o Turco, e deu no que deu. O sujeito disse: vou encaixar um prejuízo de 30% a 40% no setor financeiro. Acabou encaixando apenas 25%, menos do que eles estavam dispostos a ceder, se ele tivesse articulado interesses. Mas o presidente é dado aos gritos, e o resultado foi uma desarticulação profunda das expectativas do resto da economia. Um aumento brutal da preferência pela liquidez, um horizonte enevado e todos os interesses que já estavam começando a se rearticular para uma modernização, de que todos necessitam, pararam. Mais do que isso: as multinacionais brasileiras tiveram prejuízo no ano 90-91, e este ano vamos ver. É uma coisa sem precedentes. Se continuar a pregar nelas prejuízo por mais cinco anos, provavelmente tomarão a decisão que tomaram na Argentina e no Chile, que é ir embora. O Brasil não é propriamente o Chile, nem Argentina, vocês podem avaliar a catástrofe que isso significaria.

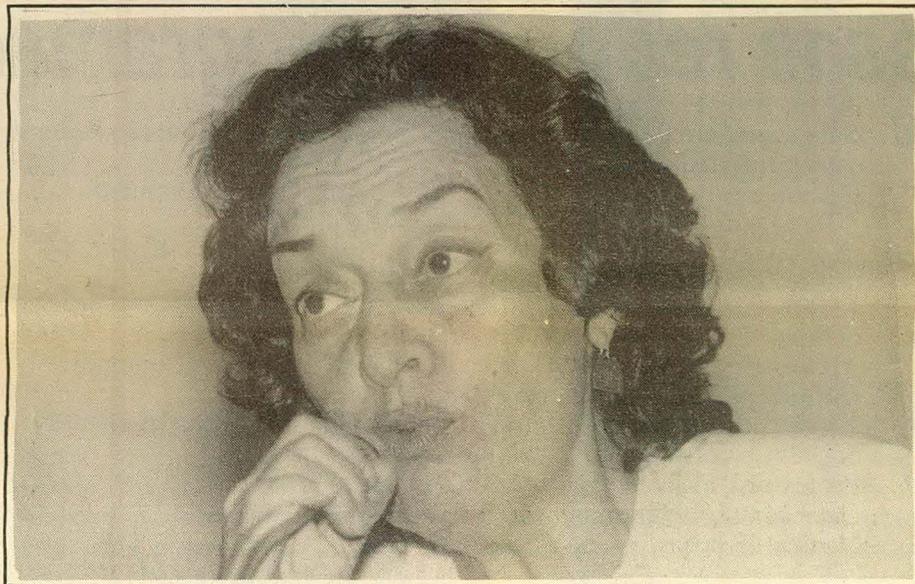
Estamos perdendo vantagens competitivas sistêmicas porque não estamos conseguindo resolver aquilo que sempre foi uma vantagem, nos períodos anteriores: o sistema de transportes e a energia barata. Para quem tem metade da indústria, ou mais, ligada a recursos naturais, e consumidora de energia, ter o sistema de transporte que agora temos e a energia a encarecer tanto pelas ameaças de privatização, quanto pela Petrobrás estar mal e não querer pagar os subsídios de outras energias, há uma grande dificuldade. Estamos com problemas estruturais graves.

Defesa dos interesses subordinados: eles estão organizados, os sindicatos estão fazendo o seu papel, e estão interferindo. Uma das coisas novas é que os quadros sindicais estão se treinando.

A articulação política não vou discutir, até porque meu colega já avisou que, nisso aí, o buraco é mais embaixo... Estou apenas fazendo sociologia econômica. Para quê? Para demonstrar a idéia de que nós resistimos mais que os demais países da América Latina à política neoliberal. Estamos todos a favor da internacionalização tecnológica, fazer joint-ventures, e até fazer uma internacionalização financeira, que já está feita,

porque na verdade eles abriram e tudo isso deu a sua contribuição, flexionou, não temos mais controle de câmbio. Mas ninguém tem interesse — falo de interesses reais — de fazer a abertura comercial à maluca. Aí vai desde os empresários paulistas até o Antonio Carlos Magalhães. Há veto a isso, e, então, o modelo neoliberal não vai a lugar nenhum, não ajusta macroeconomicamente — e sobre isso há consenso.

Por que nós não estabilizamos e o Chile sim? Porque nós não podemos voltar atrás na industrialização. A industrialização chilena era superficial. O Estado chileno era duro e neoliberal de boca, pois não privatizou o cobre. E esse era o único grande negócio que tinha por lá... Bancos ele estatizou porque quebraram, depois privatizou, mas, enfim, são uns banquinhos, pode-se fazer o que



quiser com eles. Não privatizou o cobre porque, dado o alto preço que manteve toda a década, uma poupança para-fiscal da ordem de 10% a 15% do PIB, e representa a possibilidade fiscal e monetária — dólar — de fechar as suas contas, a fiscal e a do balanço de pagamentos. Nós não temos nada parecido com o cobre. Nosso petróleo pode ser nosso, mas a verdade é que a Petrobrás carrega sobre os ombros a questão de não ter feito, quando podia, a virada da prospecção, que está atrasada. Entretanto, todo mundo gostaria de ver o comércio exterior da Petrobrás ser privatizado, porque dá um lucro filho de uma égua... Como não podem, tentam privatizar metendo lá um aventureiro, enfim, e a empresa resiste. Mas ela não tem condições superavitárias para o exterior, a única que tem é a Vale.

Reforma fiscal: já fizemos três esforços fiscais. Vamos fazer o quarto. Reforma fiscal só funciona quando o país já estiver em crescimento, e tiver um padrão global de financiamento. Logo, o problema central é o seguinte: estratégia já disse — "building blocs"; pontos de fuga, e não um conjunto de investimentos pesados estatais, porque eu não tenho como financiá-los. Reestruturação: empresas, governo, sindicato e, nos que diz respeito ao setor privado, pode-se usar as câmaras setoriais. Poder de alavancagem, micro, tem que usar os bancos públicos e privados. Cortar o vínculo maluco entre os fundos e sua aplicação a curto prazo. Para ser uma aplicação a longo prazo tem que ser de agências de desenvolvimento, que, para cada recurso que põem, devem fazer uma alavancagem externa e interna, para poder reto-

mar o crescimento. Ou seja, para cada para-fiscal que se põe, tem que alavancar um externo e um interno. No macro é que o pau vai cantar, já está cantando. São os fundos de pensão e a reforma da Previdência complementar.

A grande briga é a seguinte: temos que defender a Previdência complementar pública e a privada. Tem que dar para os dois. Não acredito que os bancos toquem que dêem tudo para o Banco do Brasil e fundos patrimoniais para os bancos públicos. Mas sei que se derem tudo para eles, não farão nada, a não ser continuar a especular. Isto é uma armadilha geral. Cada vez que se quer estabilizar, se está obrigado a indexar o câmbio com uma moeda interna, e a própria moeda interna é indexada. Isso estabiliza, tanto que estamos aí com US\$ 15 bilhões, dos quais US\$ 10 bilhões são reservas e o resto está pendurado por aí,

nas Bolsas, etc., a despeito do choque de outubro e a despeito da crise política. Ou seja, não tivesse mecanismos de estabilização no curto, que é essa indexação entre a TR e o dólar, já tinha obtido uma crise cambial do tamanho de um elefante. Temos que impedir que todos os recursos que entrem e os superávits ancorem na dívida pública de curto prazo, porque estão ancorados num papel público, que sobe a dívida interna, que é uma conta de juros deste tamanho, que come o orçamento\* fiscal. Então temos dois problemas: estabilizar a relação câmbio/preço e isolar, através de um padrão de financiamento que permita alavancagem e reestruturação dos agentes financeiros internos, públicos e privados, de maneira a fazer uma taxa de arbitragem entre o curto e o longo menos pesada, entre o externo e o interno menos pesada.

Já estamos com um Banco Central que, de independente, não tem mais nada, mas ele não serve mais ao Tesouro, só serve aos bancos, o que é uma novidade histórica. Nós conseguimos a maravilha, que nenhum país do mundo tem, de que todos os juros da dívida pública são contados no orçamento fiscal antes de ir para a administração do caixa, e depois é que soltam o dinheiro. Precisamos liberar o orçamento fiscal para a parte social. Tira o Banco Central dessa jogada, ou então, se não tira, faz os bancos privados bancá-la, mas não passa para a conta ao Tesouro, porque ele não agüenta. Quanto ao esforço fiscal, nem que seja 8% do PIB, terá que ser todo esterilizado para que o modelo do FMI funcione.

Como há consciência crescente de que o modelo do FMI não funciona, todo o problema agora é discutir e acertar as discussões na praça. Tem os privatizantes, tem os estatizantes. Eu recomendo que as pessoas sejam privatizantes e estatizantes, ao mesmo tempo, mas que defendam o interesse público. Deixem que o interesse social se defenda por ele mesmo, e aceitem a descentralização política dos interesses, não queiram outra vez o Estado autoritário, em que meia-dúzia de burocratas iluminados de cima decidem os destinos do país. Os destinos são problemáticos e incertos, assim como o é o mundo hoje, este é o espaço-tempo do Brasil. Cada agência deve tratar, com competência estratégica e espírito público, do que lhe diz respeito."

# Reage Rio

**A** degradação acelerada das condições de vida da população fluminense e suas consequências sociais mais perversas, como o crescimento da miséria, da violência e o descrédito nas ações institucionais governamentais, são os aspectos mais visíveis da crise sócio-econômica vivida pelo Estado do Rio já há muitos anos. O grande debate sobre as origens e a natureza dessa crise ainda está por ser travado, e precisa ter como objetivo maior identificar as razões pelas quais as forças vivas do Estado não têm tido a capacidade de elaborar as diretrizes necessárias para buscar sua reodinamização.

O projeto REAGE RIO, formulado pelo Gay-Lussac Instituto de Ensino Superior, com apoio do Clube de Engenharia, da OAB, da Abamec, da Associação Brasileira de Municípios e do Conselho Regional de Assistentes So-

ciais, quer exatamente provocar esse debate.

Para isso, buscou-se uma forma que permita uma abordagem provocativa do tema, cativando o interesse do público e da mídia. A polêmica vai se centrar nas graves dificuldades para o exercício pleno da cidadania correlacionadas aos fracassos dos grandes projetos econômicos concebidos para o nosso Estado.

Com sete jornadas de debates, entre os meses de julho e setembro, sempre no Teatro Gay Lussac, em Niterói, o projeto foi concebido para articular, através de uma temática consistente, as diferentes jornadas. Assim, cada uma delas deverá se constituir num aprofundamento, detalhamento ou desdobramento da anterior, a partir das duas jornadas iniciais, que discutirão a natureza e as origens da perda de dinamismo econômico e da deterioração da

qualidade de vida no Estado, caracterizando a dupla dimensão de sua crise.

Nas jornadas seguintes, as discussões buscarão identificar os gargalos específicos e as linhas de ação recomendáveis, projetando futuras iniciativas.

Para isso, a estrutura temática foi assim definida:

1. crônica e bastidores dos fracassos dos grandes projetos reestruturantes no Estado do Rio, como Pólo Petroquímico, a despoluição da Baía da Guanabara e o ramal ferroviário do Cantagalo, entre outros;

2. abrangência a qualidade dos serviços prestados pelas empresas públicas estaduais e os objetivos e estratégias de privatização dessas empresas;

3. a omissão de nossa bancada parlamentar no Congresso Nacional;

4. explosão da violência na região metropolitana;

5. o descontrole e o espontaneísmo

no processo de uso e ocupação do solo urbano;

6. o paroquialismo de nossas elites empresariais locais;

7. auge e desvirtuamento de nossas organizações de base comunitárias: a relação promíscua entre pobreza e marginalidade;

8. balanço geral, conclusões, propostas.

As jornadas foram estruturadas com a participação de quatro debatedores e um moderador. O esperado é um confronto de pensamentos e soluções e, por isso, foram selecionados nomes das mais distintas matizes político-ideológicas para cada um dos temas propostos.

As jornadas também serão gravadas em vídeo e, posteriormente, serão editados cadernos que condensarão, por temas, os principais elementos do diagnóstico e as principais proposições surgidas durante os debates.

## Mesas redondas programadas:

### JORNADAS DE JULHO:

**Primeira: Natureza e Origens da Estagnação Econômica Fluminense.**

**Moderador:** George Vidor (O Globo)

— Insuficiência de Infra-Estrutura  
— Falta de ação política em nível nacional

— Inexpressividade das lideranças empresariais;  
— Fracasso dos grandes projetos estruturais

**Debatedores:**

• Carlos Lessa (Economista/Presidente Corecon/RJ)

• César Duarte Pereira (Engenheiro/Presidente CPD do Brasil)

• Vitório Cabral (Empresário Grupo Villares)

• Alexandre Leal (Mestre em Engenharia/USA — Ex-Diretor da CSN — Ex-Vice-Presidente da FINEP)

**Data:** 07/07/1992

**Horário:** 19 horas

**Segunda: Decadência da Qualidade de Vida no Estado do Rio**

**Moderador:** Álvaro Adolpho Tavares dos Santos

(Sociólogo/Diretor Adm. e Recursos Humanos da Datamec)

— Explosão da violência urbana  
— Favelização acelerada

— Colapso das redes de Educação e Saúde

— Efeitos dos programas de estabilização sobre a renda real e

o agravamento do processo de concentração da renda

**Debatedores:**

• Tércio Lins e Silva

(Advogado/Ex-Secretário de Justiça/Candidato prefeito-RJ)

• Herbert de Souza (Cientista político/Presidente do IBASE)

• Joãozinho Trinta (Produtor Cultural/Líder Comunitário)

• José Paulo Netto (Assistente Social/Professor PUC/São Paulo Professor UFRJ)

**Data:** 14/07/1992

**Horário:** 19 horas

**Terceira: Petroquímica e Gás**

**Natural: crônica do fracasso**

**Moderador:** Nelson Brasil (Empresário/Presidente Abifina)

**Debatedores:**

• Nelson Duplat (Economista Petrobrás-convidado)

• Anthony Garotinho (Prefeito Campos-RJ)

• Roberto Villa (Presidente da Petroquisa/Diretor Petrobrás)

• Paulo Cesar Fernandes Siruffo (Economista BNDES/Ex-Presidente da Copperj)

• Michael Rartveld (Empresário do Grupo Unipar-convidado)

**Data:** 21/07/1992

**Horário:** 19 horas

### JORNADAS DE AGOSTO:

**Primeira: Fracasso Político: A bancada do Rio de Janeiro se explica**

**Moderador:** Ricardo Boechat

(Jornalista "O Globo")

**Debatedores:**

• César Maia (Deputado Federal PMDB)

• Jamil Haddad (Deputado Federal PSB)

• Vivaldo Barbosa (Deputado Federal PDT)

• Sérgio Arouca (Deputado Federal PSP)

• Carlos Santana (Deputado Federal PT)

• Hidekel de Freitas (Senador PFL)

**Data:** 11/08/1992

**Horário:** 19 horas

**Segunda: Organizações Comunitárias: Pobreza e Marginalidade numa sociedade em crise**

**Moderador:** Sérgio Zveiter (Advogado/Presidente OAB-RJ)

**Debatedores:**

• Paulo Ramos (Deputado Federal PDT)

• Newton Cerqueira (Presidente Clube Militar/Ex-Secretário de Segurança)

• Eliomar Coelho (Vereador PT-RJ)

• Wladimir Palmeira (Deputado Federal PT)

• Alba Zaluar (Socióloga/Professora)

**Data:** 18/08/1992

**Horário:** 19 horas

**Terceira: A Falta de Representatividade das Entidades Empresariais**

**Moderador:** Sérgio Quintela (Empresário Ex-Presidente AD-Rio)

**Debatedores:**

• Ronaldo César Coelho (Empresário Banco Multiplic/Ex-Deputado Federal)

• Luis Carlos Pires de Araújo (Economista/Ex-Presidente Federal Abamec)

• Carlos Mariani (Presidente AD-Rio/Presidente Banco da Bahia)

• J.C. Macedo Soares (Empresário/Presidente Rio Fundo Editora)

**Data:** 25/08/1992

**Horário:** 19 horas

### JORNADAS DE SETEMBRO:

**Primeira: Como Tirar o Estado do Rio da Crise: Conclusões e Sugestões**

**Moderador:** Ricardo Bueno (Economista/Jornalista/Empresário)

**Relator:** Professor Roberto dos Santos Almeida (Diretor das Faculdades Gay-Lussac)

**Debatedores:**

• Nelson Pereira dos Santos (Cineasta/Professor UFP)

• João Paulo de Almeida Magalhães (Economista/Professor UFRJ)

• Joãozinho Trinta (Produtor Cultural/Líder Comunitário)

• Antonio Didier Vianna (Empresário/Presidente Microlab)

• Márcio Fortes (Economista/Ex-Presidente do BNDES/Diretor da João Fortes Engenharia)

**Data:** 08/09/1992

**Horário:** 19 horas

# Remando contra a corrente

Aloisio Teixeira \*

**D**ificilmente ter-se-á visto unanimidade tão esmagadora entre os economistas — e não só entre estes, mas também entre políticos, empresários e opinião pública em geral — como esta que cerca a questão do ajuste fiscal. Todos estão de acordo que os métodos até aqui usados pela equipe econômica, em sua tentativa de reduzir a inflação, estão esgotados. E que somente o “ajuste fiscal” poderá impor uma vitória definitiva sobre o monstro da inflação e repor o país no caminho do desenvolvimento.

Se, porém, rasgarmos o véu diáfano que encobre a unanimidade, ver-se-á que ela acaba exatamente onde começa. E não leva a lugar nenhum. Pois cada um tem a sua própria idéia do que deva ser o tal do “ajuste fiscal”. Desta, na verdade, poder-se-ia dizer o que Norberto Bobbio disse do socialismo: “é como a felicidade, pois cada um pode imaginá-lo como quiser”. Para o governo, trata-se de aumentar a receita tributária disponível em mãos do governo federal (e apenas nas deste); para os empresários, o caso já é de reduzir o número de impostos, simplificar a sua sistemática operacional e, principalmente, reduzir as alíquotas (uma espécie, assim, de institucionalização da sonegação); para Estados e municípios, seja lá o que for, desde que não seja feito às custas de suas próprias receitas; e para a opinião pública em geral, a solução mágica para todos os seus problemas.

A própria comissão, designada pelo governo para apresentar um projeto a ser encaminhado ao Congresso, é um espelho desta babel pós-unanimidade. Incapaz de produzir uma proposta definitiva, parece que vai moldando suas próprias idéias ao longo das conversas que vem mantendo com interlocutores por ela mesma escolhidos. Com o que só aumenta a confusão geral. É o único documento que circulou, com autoria a ela atribuída, está eivado de tantos erros técnicos (de técnica tributária e de técnica legislativa) que fez ruborizar o pessoal da Receita Federal (que estranhamente não foi chamado a opinar sobre o tema de sua especialidade) e deu margem a uma administração pública por parte de secretários de

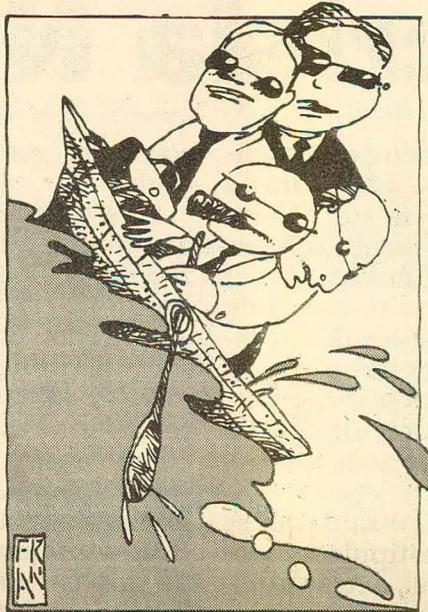
fazenda de Estados das regiões Sul e Sudeste.

E, no entanto, todo o debate está fundado em um grande equívoco, que ainda não foi sequer mencionado, que dizer desmistificado. Pois é a própria idéia de que o ajuste fiscal é uma condição necessária para debelar o processo inflacionário que está errada. E a persistência deste erro somente fará agravar o estado das expectativas, na medida em que nenhum ajuste fiscal dará certo enquanto não forem revistas e enfrentadas as condições estruturais em que funciona hoje a sociedade brasileira.

A tese aqui exposta é de que o “ajuste fiscal” terá o mesmo destino da política monetária no enfrentamento da questão inflacionária. E a experiência quanto a esta é arrasadora. Apresentada pelos conservadores e ortodoxos, há algum tempo atrás, como a única forma de reverter rápida e consistentemente o processo inflacionário, mostrou-se incapaz de cumprir os seus objetivos — coisa que aliás é reconhecida até por seus antigos defensores.

O que não é explicado — até porque não é entendido — é a trama peculiar que a política monetária vai armando. Trata-se de uma modalidade peculiar e original de armadilha da liquidez (em M4) e da iliquidez (em M1). Porque a manutenção de uma estratégia de restrição monetária e creditícia e de juros reais elevados não apenas força uma recessão inútil, mas rapidamente deteriora mais ainda as expectativas.

Vejamos porque. Dada a combinação de excesso de liquidez e juros reais baixos (os mais baixos dos últimos tempos) nos mercados internacionais de moeda, a nossa política monetária fica na contramão, tornando o país, em



“Toda  
unanimidade  
é burra.”

Nelson Rodrigues

consequência do diferencial de juros, um pólo de atração para aplicação especulativa da liquidez sobrando no mundo. Isso, e mais o superávit comercial, tornam a oferta monetária endógena, obrigando as autoridades monetárias a manter elevada a taxa de juros para trocar os cruzeiros (que, aliás, ninguém quer) resultantes do ingresso de divisas por moeda indexada. O que era uma variável livre torna-se assim uma variável dependente, e a política monetária foge ao controle do seu criador.

A contração monetária (em M1) e a expansão monetária (em M4) são assim automáticas e resultam da própria política monetária adotada. Mas, se as autoridades monetárias se recusassem a sancionar este jogo e reduzissem abruptamente a taxa de juros, o resultado seria pior ainda, com uma desintermediação financeira generalizada. Assim, o que começa como uma estratégia de estabilização termina como uma política defensiva, cujo único objetivo (consciente ou inconsciente) é o de impedir a fuga da moeda e total perda de controle sobre a inflação e a situação cambial.

O preço, no entanto, é alto. Pois, se a hiperinflação é evitada, a “crise” fiscal se amplia. A prova disso é que, nos primeiros quatro meses do ano, o Tesouro desembolsou US\$ 9,7 bilhões com juros da dívida interna, enquanto a dívida mobiliária crescia 162%, de setembro do ano passado até agora. O governo não consegue assim sair desta triste encruzilhada: enquanto aguarda a solução mágica do “ajuste fiscal”, vai agravando a própria “crise” fiscal que ele mesmo cria, com sua política insensata.

O que é pior, no entanto, é que, se por um milagre todos se puses-

sem de acordo e votassem o “ajuste fiscal”, este seria rapidamente consumido na voragem da especulação financeira. Pois não se trata de uma reforma com vistas a redefinir os mecanismos de financiamento do setor público no Brasil, criando condições para o eficaz exercício da política social, da recuperação da infra-estrutura do país e, particularmente, da recomposição dos mecanismos de crédito a longo prazo necessários a retomada do investimento, uma vez definidas as prioridades em termos de frentes de expansão da economia brasileira.

Na verdade, o que quer quem sabe o que quer é gerar um superávit primário nas contas fiscais para financiar o serviço das dívidas, interna e, principalmente, externa, para atender às exigências de M. Candessus. O qual, sabendo melhor que ninguém que as coisas estão sendo encaminhadas neste sentido, não hesitou, durante a Eco-92, em rasgar a carta de intenções que o Brasil recentemente lhe apresentara e declarar que o fundamental é a intocabilidade da política econômica.

Para isto, no entanto, o “ajuste” fiscal deve contemplar não apenas uma reforma tributária (que, para ser aprovada, deve caminhar no sentido do que querem os empresários) mas a manutenção do gasto público em um patamar bem reduzido, o que significa a continuidade do quadro recessivo. E também do próprio processo inflacionário.

O cenário que se descortina, portanto, não é nada otimista. Nem poderia sê-lo. Depois da derrota da política monetária será a vez do “ajuste fiscal”. E os economistas terão que tirar outro coelho de sua cartola para tentar impedir a deterioração definitiva das expectativas, a qual se seguiria a dolarização da economia e o descontrole absoluto da inflação. Esta sucessão de lances de prestidigitação só será interrompida quando a sociedade — ou pelo menos a parte dela que não tem nada a ganhar com a permanência deste jogo — se convencer de que inflação e crescimento não são apenas problemas técnicos, mas antes de tudo problemas políticos.

\* Economista e professor da URFJ.

# Salário Mínimo e Hipocrisia Nacional

José Márcio Camargo \*

A discussão em torno do reajuste do salário mínimo no Brasil tem se tornado um dos momentos nos quais alguns empresários, governadores e prefeitos e, até mesmo parte da população, têm demonstrado com maior clareza o grau de hipocrisia em que se transformou a discussão sobre política econômica no Brasil. Após um estudo bastante competente realizado por uma comissão de técnicos governamentais e não-governamentais, o salário mínimo foi reajustado de tal forma a colocá-lo em níveis compatíveis com a linha de pobreza média do país.

O salário mínimo real no Brasil é um dos menores do mundo, sendo talvez o menor de toda a América Latina. Países como o Peru, a Venezuela, a Bolívia, sem falar dos mais desenvolvidos como o Chile, a Argentina e o Uruguai, têm salários mínimos bastante mais elevados que o brasileiro. Entretanto, o reajuste aprovado faz com que um grupo substancial de trabalhadores que recebem salário mínimo nas regiões com custo de vida mais caro tenham um salário abaixo do nível de pobreza.

A hipocrisia advém dos argumentos utilizados para não conceder um reajuste mais elevado. Em

primeiro lugar, pesou o argumento de que algumas prefeituras e estados do Nordeste e do Norte não suportariam pagar salários "tão" elevados. Entretanto, em muitos casos, como se sabe pela imprensa, esses são estados e prefeituras que pagam a seus governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores alguns dos maiores salários destas ocupações no país.

Talvez fosse interessante que se estipulasse, em lei, a relação entre os salários destes políticos e o salário mínimo, como uma função dos recursos disponíveis das prefeituras e estados. O leque salarial poderia aumentar com o aumento da arrecadação ou, ainda melhor, com o aumento dos gastos das pre-

feituras e estados em investimento de caráter social, por exemplo.

O segundo aspecto intensamente discutido foi a questão da regionalização do salário mínimo. O curioso é que a discussão, em lugar de se basear no custo da cesta básica, tomou por base a disponibilidade de recursos dos estados e municípios. Novamente, um grande equívoco. A função do salário mínimo é exatamente evitar que um grupo grande de trabalhadores ganhem menos do que o suficiente para comprar uma cesta básica de alimentos, habitação e artigos de higiene e não evitar que os estados e municípios

consigam gerar déficit em suas contas.

Que o salário mínimo seja regionalizado é perfeitamente razoável, a meu ver, mas não em função da capacidade das empresas, estados e municípios de pagar este salário, e sim devido à disparidade de poder de compra entre as diferentes regiões do país, como mostra o estudo especial realizado pela comissão técnica do salário mínimo acima citada.

O argumento de que um reajuste do salário mínimo acima de 100% poderia gerar pressão inflacionária, após ter ficado cerca de quatro meses sem ser reajustado é, no mínimo, infeliz. Ocorre que, após quatro meses com taxas de inflação próximas a 25% ao mês, quem poderia esperar

que o salário mínimo tivesse um reajuste menor que 100%? Isto significa que as empresas ou já estavam antecipando em seus custos a previsão de um aumento neste salário desta magnitude, ou estavam utilizando a redução do salário mínimo para compensar outros aumentos de custo. Neste último caso, isto simplesmente caracteriza os custos que estão sendo pagos pelos trabalhadores pelo não-reajuste mensal do salário mínimo. Por outro lado, tais empresas dificilmente conseguiriam sobreviver a médio prazo, independentemente do valor do salário mínimo.

Finalmente, a idéia de que um aumento do salário mínimo desta ordem levaria muitas empresas à falência, o que ou aumentaria o desemprego ou aumentaria o grau de informalidade do mercado de trabalho, é curioso, em um momento em que a política econômica provoca uma enorme recessão que, esta sim, tem o efeito de aumentar o desemprego e a informalidade. Na verdade, o reajuste concedido não terá o efeito de aumentar o salário

mínimo real, mas sim de repor o pico do salário mínimo em níveis similares aos de Janeiro de 1992. Se aquele valor não aumentou a informalidade e o desemprego, não há razão para supor que isto irá ocorrer agora. Como as previsões de inflação no futuro

não são as mais otimistas, deve-se esperar que tal valor continue caindo ao longo do tempo.

Que o salário mínimo só poderá aumentar de forma sustentável através do aumento da produtividade do trabalho e da queda da taxa de inflação, é inquestionável. Porém, até que isto ocorra, parece pouco razoável condenar uma parte significativa da força de trabalho deste país a receber um salário abaixo do nível de subsistência.

Prof. do Departamento de Economia da PUC/RJ e presidente do IERJ.

**"A proposta de regionalização do mínimo se baseia nos recursos dos Estados e não na cesta básica"**

**"O argumento de que um reajuste de 100% do mínimo pode pressionar a inflação é infeliz"**

INFORME  
**CORECON**

PORTE PAGO  
DR/RJ  
ISR 52.2246/86



IMPRESSO